



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA<sup>1</sup>

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2023 – Processo Administrativo nº 3661/2022

#### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para cessão temporária ou permanente de direitos de uso de *softwares*, para atendimento das necessidades da Gerência de Comunicação e do Coren-SP Educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (UNITÁRIO)	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	<b>PACOTE ADOBE</b>  Pacote Adobe CreativeCloud for Teams ALL APPS(todos os aplicativos) - subscrição pelo período de 36 (trinta e seis) meses, incluindo atualizações das versões e manutenções das licenças.  *A presente contratação é destinada, á participação de revendas autorizadas da Adobe com certificação em Especialização em Governo	27502	Licença (subscrição)	12	R\$ 14.170,75	R\$ 170.049,00
02	<b>Adobe Stock</b>  Subscrição de licença Adobe Stock para equipes com 750 (setecentos e cinquenta) ativos padrão por mês, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.  *A presente contratação é	27502	Licença (subscrição)	01	R\$ 37.144,33	R\$ 37.144,33

<sup>1</sup> Baseado em modelo de TR para contratações de TIC à luz da Lei nº 14.133/2021, disponibilizado pela SGD em: [https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.gov.br%2Fagu%2Fpt-br%2Fcomposicao%2Fcpu%2Fcpu%2Fmodelos%2Flicitacoescontratos%2F14133%2Fmodelos-da-lei-14-133-21-para-bens-e-servicos-de-tic%2Farquivos%2Fmodelo\\_tr\\_servicos\\_tic\\_lei\\_14-133\\_v-maio23.docx&wdOrigin=BROWSELINK](https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.gov.br%2Fagu%2Fpt-br%2Fcomposicao%2Fcpu%2Fcpu%2Fmodelos%2Flicitacoescontratos%2F14133%2Fmodelos-da-lei-14-133-21-para-bens-e-servicos-de-tic%2Farquivos%2Fmodelo_tr_servicos_tic_lei_14-133_v-maio23.docx&wdOrigin=BROWSELINK). Acesso em: 22/05/2023.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

	destinada, á participação de revendas autorizadas da Adobe com certificação em Especialização em Governo					
03	<b>Corel DRAW</b> Corel DRAW Graphics Suite (versão 2021) – licença perpétua, Incluindo atualizações por 12 (doze) meses.	27502	Licença (perpétua)	02	R\$ 2.916,00	R\$5.832,00
04	<b>StreamYard Profissional</b> Subscrição pelo período de 12 (doze) meses.	27502	Licença (subscrição)	01	R\$ 3.450,01	R\$ 3.450,01
05	<b>vMix Software Pro</b> Licença Perpétua, incluindo atualizações por 12 (doze) meses.	27502	Licença (perpétua)	06	R\$ 7.168,09	R\$ 43.008,54
<b>Valor Total Estimado: R\$ 259.483,88 (duzentos cinquenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos)</b>						

\*Os itens 01 e 02 são destinados á participação de revendas autorizadas da Adobe com certificação em Especialização em Governo. Desta forma, a exclusividade citada, justifica-se na declaração disponibilizada pelo fabricante Adobe em sua página <https://express.adobe.com/page/vYURQqMipzyBd/>

**1.2.** O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de TIC, pois pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado, podendo, portanto, ser contratado por meio de processo licitatório na modalidade pregão em sua forma eletrônica, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002.

**1.3.** O prazo de vigência da contratação será conforme quadro abaixo, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Item	Unidade Medida	Quantidade	Vigência da Licença	Renovação / limite
1	Licença – subscrição (cota principal)	12	36 meses	Até 120 meses
2	Licença - subscrição	01	36 meses	Até 120 meses
3	Licença - perpétua	02	Perpétua	Não
4	Licença - subscrição	01	12 meses	Até 120 meses
5	Licença - perpétua	06	Perpétua	Não

**1.4.** O prazo de vigência inicial do contrato será de 38 (trinta e oito) meses, correspondendo ao período necessário para o fornecimento, recebimento provisório e definitivo do objeto e período de validade das



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

licenças subscritas, 36 (trinta e seis) meses.

**1.5.** O prazo de vigência inicial do contrato será de 14 (quatorze) meses, correspondendo ao período necessário para o fornecimento, recebimento provisório e definitivo do objeto e período de validade da licença subscrita, 12 (doze) meses.

**1.6.** A partir das primeiras renovações contratuais, os instrumentos serão renovados pelo mesmo período ou até atingir o limite estabelecido pelo caput do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.7.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

**2.1.** Bens e serviços que compõem a solução:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE TOTAL PARA REGISTRO
01	<b>PACOTE ADOBE</b> Pacote Adobe <i>Creative Cloud for Teams ALL APPS</i> (todos os aplicativos) - subscrição pelo período de 36 (trinta e seis) meses, incluindo atualizações das versões e manutenções das licenças.	27502	Licença (subscrição)	12
02	<b>Adobe Stock</b> Subscrição de licença Adobe Stock para equipes com 750 (setecentos e cinquenta) ativos padrão por mês, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.	27502	Licença (subscrição)	01
03	<b>Corel DRAW</b> Corel <i>DRAW Graphics Suite</i> (versão 2021) – licença perpétua, incluindo atualizações por 12 (doze) meses.	27502	Licença (perpétua)	02
04	<b>StreamYard Profissional</b> Subscrição pelo período de 12 (doze) meses.	27502	Licença (subscrição)	01
05	<b>vMix Software Pro</b> Licença Perpétua, incluindo atualizações por 12 (doze) meses.	27502	Licença (perpétua)	06

### 2.2. Especificações Técnicas

**2.2.1.** Considerando as necessidades dos softwares citados, seja por meio de aquisição de licenças perpétuas ou da cessão temporária de direitos de uso, deverão atender aos recursos



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

especificados nos respectivos sítios das desenvolvedoras, relacionados às versões mais atuais das respectivas aplicações:

- **Adobe Creative Cloud (ETLA)** - <https://www.adobe.com/br/creativecloud/features.html> / <https://www.adobe.com/content/dam/cc/en/buying-programs/pdfs/etla-overview-com-gov-en.pdf>;
- **Adobe Stock** - <https://stock.adobe.com/br/>
- **Corel Draw Graphics Suite (2021)** - <https://www.coreldraw.com/br/product/coreldraw/?topNav=br#tech-specs>
- **Stream Yard** - <https://streamyard.com/why-streamyard>
- **vMIX Software** - <https://www.vmix.com/software/features.aspx>.

**2.2.2.** Em relação ao tipo de licenciamento, mesmo que identificado que identificado que as desenvolvedoras dos softwares Corel Draw e vMix comercializam licenças perpétuas, do ponto de vista da Equipe de Planejamento da Contratação cabe destacar o entendimento quanto à vantagem da contratação por meio de cessão temporária de direitos de uso, pelo maior período possível, uma vez que proporcionará a Administração vantagem técnica relacionada à disponibilização, enquanto dura as subscrições, das últimas versões disponíveis de cada aplicação (sem excluir o suporte das desenvolvedoras), o que é extremamente relevante em se tratando de aplicações de audiovisual e considerando a necessidade da compatibilidade do parque tecnológico do Coren-SP com os padrões de mercado.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**3.1.** A utilização de programas da Adobe Creative Cloud (suíte Adobe) e o Corel Draw já está incorporada à rotina de trabalhos da Gerência de Comunicação do Coren-SP, sendo a contratação de novas licenças fundamentais para a manutenção, continuidade e ampliação das ações de comunicação institucionais, dentre elas, a produção de manuais, revistas, jornais, peças publicitárias e outros documentos indispensáveis à divulgação da imagem, posicionamento, atividade finalísticas, informações de utilidade pública, orientações, programas institucionais e prestação de contas da atuação do órgão junto aos Profissionais de Enfermagem e à Sociedade.

**3.2.** Pretende-se, então, a manutenção de serviços prestados com disponibilidade e aderência a padrões de uso consagrados, contratando-se licenças de softwares seguros que possam ser plenamente atualizáveis ao longo do tempo, de modo a favorecer a padronização e a produtividade, garantindo a compatibilidade entre os formatos dos arquivos recebidos, utilizados e praticados no mercado.

#### 3.3. Suíte Adobe

**3.3.1.** As 2 (duas) subscrições de licenças da suíte Adobe utilizadas atualmente pela GECOM foram contratadas por meio do Pregão Eletrônico nº 09/2020 (PA 286/2019) e virão a expirar em 09/11/2023, justificando necessidade de contratação de extensão das há necessidade de ampliação, devido às novas demandas e contratações e, também, à necessidade do Coren-SP Educação, que nos últimos anos desenvolveu estratégias de transmissão online, o que demanda ferramentas para esse fim e também edição de vídeos. Essas ferramentas são necessárias para a tratamento de imagens bitmap, vetorização de imagens, diagramação, manipulação de arquivos em formato PDF e análise pré-impressão, editor de texto avançado (HTML/PHP), conversão de formatos e gerenciamento de fontes, utilizados para a criação e desenvolvimento dos materiais de



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

comunicação (livros, banners, revista, jornal, vídeos, etc).

### 3.4. Adobe Stock

**3.4.1.** O Adobe Stock é um serviço que fornece acesso a milhões de ativos de fotos, vetores, ilustrações, modelos, ativos 3D, vídeos, modelos de animações e faixas de áudio, todos de alta qualidade (o que se reflete na qualidade dos materiais a serem produzidos) e isentos de royalties (que vem garantir segurança na utilização dos ativos em materiais de distribuição do Coren-SP).

**3.4.2.** O Adobe Stock é totalmente integrado a vários dos aplicativos da Creative Cloud, como o Photoshop, o Illustrator, o InDesign, o Premiere Pro, o Dreamweaver e o After Effects, aplicativos estes que são utilizados na rotina da GECOM, portanto facilitando a navegabilidade e o uso desses serviços, proporcionando rapidez na criação de material de comunicação audiovisual, e garantindo utilização simplificada e imediata, uma vez que não haverá necessidade de qualquer transição ou adequação entre sistemas e formatos de arquivos.

**3.4.3.** O serviço Adobe Stock oferece mais de 100 milhões de imagens, fotos e vetores de alta qualidade (em formato JPEG a invés de JPG) e possui atualização constante e diária de seu bando de ativos. As imagens são fornecidas em sua maior resolução disponível, a maioria das imagens pode ser usada em documentos impressos de alta qualidade em 300 dpi, e arquivos vetoriais podem ser impressos em todos os formatos sem perda de qualidade.

**3.4.4.** Apenas como exemplo, numa simples pesquisa no banco de imagens do serviço utilizando a palavra chave “Enfermagem” foram localizadas 958.476 imagens, possibilitando ainda a filtragens como: tamanho, orientação, tipo (foto, ilustração, vetor), com ou sem pessoas, etc. Já para a busca de vídeos, foram encontrados 152.276, com possibilidade de filtragens por duração, tipo da tomada ou ângulo, etc.

**3.4.5.** É um diferencial também que os serviços e softwares da Adobe são de uso bastante disseminado na área de Comunicação e Design, apresentando tutoriais de fácil acesso, em língua portuguesa, de usabilidade intuitiva e com constante checagem de falhas e resolução de problemas.

### 3.5. Corel Draw

**3.5.1.** As únicas licenças do Corel Draw disponíveis foram contratadas por meio da Ata de Registro de Preços nº 31/2020, Pregão Eletrônico nº 09/2020, Processo Administrativo nº 286/2019 e já não contam mais com o suporte e atualizações necessárias para manter os softwares em dia. A falta de atualização pode prejudicar o desenvolvimento de trabalhos da GECOM por não permitir a abertura de arquivos atualizados e incompatibilidade de edição em projetos recebidos de terceiros.

### 3.6. StreamYard e vMix

**3.6.1.** Os softwares StreamYard e vMix são novas contratações, destinadas a transmissões em vídeo (lives) dos mais diversos conteúdos planejados e mantidos pela Gerência de Comunicação e pelo Coren-SP Educação, a exemplo de lives com caráter educacional, debates e mesas-redondas sobre os mais diversos temas abordados e conteúdo de caráter institucional.

**3.6.2.** O software StreamYard é justificado pela necessidade de se produzir lives de maneira ágil



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

e sem a necessidade de softwares adicionais ou configurações extras por parte dos usuários e convidados, bastando apenas acesso a um navegador de internet para computador ou dispositivos.

**3.6.3.** O software vMix soma-se ao pacote de transmissões online com a capacidade de conectar e operar câmeras profissionais e outros dispositivos de áudio e vídeo em uma interface mais robusta que será utilizada em ambientes específicos, como as transmissões no Auditório da Sede (8º andar) e estúdios de gravação e transmissão, com instalação prevista para o ano de 2023, também no edifício Sede do Coren-SP.

**3.7.** O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Compras e Contratações 2023, conforme item 79 – Aquisição de Softwares diversos – Adobe. Corel Draw e outros.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4.1. Requisitos para a formalização do Contrato

**4.1.1.** Para a assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

**4.1.1.1.** Comprovação emitida pelo fabricante ou disponível em consulta ao sítio da fabricante que comprove que a Contratada está apta e autorizada a comercializar licenças de software ou indicar o distribuidor/revenda autorizado do qual fará a compra dos softwares.

#### 4.2. Requisitos de Negócio

**4.2.1.** Conforme tópico 2.2 acima.

#### 4.3. Requisitos de Capacitação

**4.3.1.** Como detalhado no estudo técnico preliminar, não haverá a necessidade de capacitação dos colaboradores para uso das soluções de softwares listados, visto que correspondem a aplicações de conhecimento das equipes da Gerência de Comunicação e do Coren-SP Educação.

#### 4.4. Requisitos Legais

**4.4.1.** Além da legislação e instruções relacionadas à generalidade das contratações públicas e outras que, por ventura, não tenham sido citadas, os seguintes normativos estão vinculados ao objeto desta contratação:

**4.4.1.1.** Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação TIC pelos órgãos e entidades da Administração Direta do Poder Executivo Federal e adotado pelo COREN-SP como boa prática;

**4.4.1.2.** Portaria Coren SP/Plenário/024/2016, de 22 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação no âmbito do COREN-SP.

#### 4.5. Requisitos de Manutenção

**4.5.1.** Não se aplicam, pois se trata da contratação de Solução composta por softwares 'de prateleira'.

#### 4.6. Requisitos Temporais

**4.6.1.** O prazo de entrega dos bens, isto é, disponibilização do software por meio digital será de 10 (dez) dias úteis contados a partir da formalização da solicitação e recebimento do instrumento



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

contratual e/ou Nota de Empenho pela Contratada.

**4.6.2.** Havendo questões relativas aos prazos e condições de entrega ora estabelecidos, a Contratada poderá se comunicar com o Setor de Desenvolvimento da GTI do Coren-SP através do telefone: (11) 3225-6331, ou endereço eletrônico: [ti.desenvolvimento@coren-sp.gov.br](mailto:ti.desenvolvimento@coren-sp.gov.br).

### 4.7. Requisitos de Segurança

**4.7.1.** A CONTRATADA guardará e fará com que seu pessoal guarde absoluto sigilo sobre os dados, informações e documentos fornecidos pelo CONTRATANTE aos quais tiver acesso em decorrência da prestação de serviços objeto do referido Contrato, ficando terminantemente proibida de fazer uso ou revelação destes, sob qualquer justificativa.

**4.7.2.** Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA na execução dos serviços serão de exclusiva propriedade do CONTRATANTE, não podendo a CONTRATADA utilizá-los para quaisquer fins, divulgá-los, reproduzi-los ou veiculá-los, a não ser que prévia e expressamente autorizado pelo CONTRATANTE.

**4.7.3.** Ademais, deverão ser observadas pela CONTRATADA as normas internas do COREN-SP, tais como: a Portaria Coren-SP/Plenário/024/2016, que normatiza a Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC e outras que venham a complementá-la.

### 4.8. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

**4.8.1.** Os softwares devem ser fornecidos em meio digital, sem a necessidade de entrega de versões dos produtos em mídias físicas.

**4.8.2.** A documentação técnica deve ser fornecida em meio digital, com um descritivo completo do processo de implantação de cada produto ofertado, explicações sobre registro e uso de licenças de softwares forma de acesso ao site do fabricante para download, assim como de seus upgrades e updates.

**4.8.3.** Não serão aceitas cópias impressas da documentação das licenças.

**4.8.4.** Não foram observados outros requisitos aplicáveis ao objeto licitatório.

### 4.9. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

**4.9.1.** Não se aplicam, pois se trata da contratação de Solução composta por softwares 'de prateleira'.

### 4.10. Requisitos de Projeto e Implementação

**4.10.1.** Não se aplicam, pois se trata da contratação de Solução composta por softwares 'de prateleira'.

### 4.11. Requisitos de Implantação

**4.11.1.** Não se aplicam, pois se trata da contratação de Solução composta por softwares 'de prateleira'.

### 4.12. Requisitos de Garantia

**4.12.1.** Os softwares licenciados devem ser instalados em suas versões mais estáveis e atualizados e estarem cobertos por contratos de suporte e atualização de versão do fabricante durante a validade contratual das licenças.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**4.12.2.** Durante o período de vigência do contrato, bem como os períodos de prorrogações, quando o caso, a Contratada deverá realizar a continuidade do suporte técnico e garantir a atualização tecnológica da solução na forma de atualizações de programas. As atualizações de programas deverão cobrir todos os programas de computador (softwares e firmwares) adquiridos e incluir o fornecimento de correções (patches) e novas versões/revisões/distribuições (releases) assim que o fabricante as torne disponíveis. Entende-se por atualização de programas qualquer correção, pequena modificação, aperfeiçoamento (updates), ou desenvolvimento de nova versão (upgrades) efetuado pelo fabricante para os produtos em questão.

### **4.13. Requisitos de Experiência Profissional**

**4.13.1.** Não se aplicam, pois se trata da contratação de Solução composta por softwares 'de prateleira'.

### **4.14. Requisitos de Formação da Equipe**

**4.14.1.** Não se aplicam, pois se trata da contratação de Solução composta por softwares 'de prateleira'.

### **4.15. Requisitos de Metodologia de Trabalho**

**4.15.1.** Não se aplicam, pois se trata da contratação de Solução composta por softwares 'de prateleira'.

### **4.16. Requisitos de Segurança da Informação**

**4.16.1.** Não se aplicam, pois se trata da contratação de Solução composta por softwares 'de prateleira'.

### **4.17. Sustentabilidade**

**4.17.1.** Não se aplicam, pois se trata da contratação de Solução composta por softwares 'de prateleira'.

### **4.18. Indicação de marcas ou modelos**

**4.18.1.** Não se aplicam, pois se trata da contratação de Solução composta por softwares 'de prateleira'.

### **4.19. Da exigência de carta de solidariedade**

**4.1.3.** Não se aplica ao objeto lícitado.

### **4.20. Subcontratação**

**4.4.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **4.21. Da verificação de amostra do objeto**

**4.21.1.** Não se aplicam, pois se trata da contratação de Solução composta por softwares 'de prateleira'.

### **4.22. Garantia da contratação**

**4.22.1.** Não será exigida garantia da execução do objeto contratual.

### **4.23. Vistoria**

**4.23.1.** Não se aplica.

## **5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**





## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### 5.1. São obrigações do Contratante:

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.5. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.6. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.7. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos, cuja criação ou alteração seja, objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

### 5.2. São obrigações do Contratado:

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**5.2.8.** ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

### 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

#### 6.1. Rotinas de Execução

**6.1.1.** O prazo de entrega das licenças, isto é, a disponibilização de chaves de acesso das licenças subscritas e perpétuas, será de **10 (dez) dias úteis** contados a partir da formalização da solicitação.

**6.1.2.** O Contratado deverá fornecer os serviços com as mesmas configurações e quantidades definidas na ordem.

**6.1.3.** Os bens serão **recebidos provisoriamente** no ato da ativação das licenças pelo responsável pelo acompanhamento da execução contratual, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta comercial.

**6.1.3.1.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**6.1.4.** Os bens serão **recebidos definitivamente** no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**6.1.4.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia seguinte do esgotamento do prazo.

**6.1.5.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**6.1.6.** A entrega do objeto será considerada completa após a disponibilização de chave de acesso para utilização da licença à Contratante, permitindo fruição de todas as funcionalidades contempladas pelo software.

#### 6.2. Forma de Execução e Acompanhamento dos Serviços – Condições de Entrega

**6.2.1.** O prazo de entrega das licenças, isto é, a disponibilização de chaves de acesso das licenças subscritas e perpétuas, será de **10 (dez) dias úteis** contados a partir da formalização da solicitação.

**6.2.2.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

#### 6.3. Formas de transferência de conhecimento

**7.3.1.** Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

#### 6.4. Procedimentos de transição e finalização do contrato

**7.4.1.** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### 6.5. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

**6.5.1.** O Coren-SP verificará a conformidade da subscrição de todas as licenças contratadas para fins de recebimento provisório e definitivo do objeto.

### 6.6. Mecanismos Formais de Comunicação

**6.6.1.** A comunicação entre os atores nomeados pela CONTRATADA e CONTRATANTE será preferencialmente escrita, admitidos como meios formais de comunicação: Ordens de Serviço, Atas de reunião, Ofícios, E-mails, Sistema de Abertura de Chamados e Cartas.

### 6.7. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

**6.7.1.** A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

**6.7.2.** O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, encontra-se no Anexo II.

### 6.8. Materiais a serem disponibilizados

**6.8.1.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e/ou utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

### 6.9. Especificação da garantia do serviço (art. 40 §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

**6.9.1.** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**6.9.2.** Os softwares licenciados devem ser instalados em suas versões mais estáveis e atualizados e estarem sempre cobertos por contratos de suporte e atualizações de versão do fabricante durante a validade contratual das licenças.

**6.9.3.** Durante o período de vigência do contrato, bem como os períodos de prorrogações, quando o caso, a contratada deverá realizar a continuidade do suporte técnico e garantir a atualização tecnológica da solução na forma de atualizações de programas. As atualizações de programas deverão cobrir todos os programas de computador (*softwares e firmwares*) adquiridos e incluir o fornecimento de correções (*patches*) e novas versões/revisões/distribuições (*releases*) assim que o fabricante as torne disponíveis. Entende-se por atualização de programas qualquer correção, pequena modificação, aperfeiçoamento (*updates*), ou desenvolvimento de nova versão (*upgrades*) efetuado pelo fabricante para os produtos em questão.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

**7.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**7.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**7.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**7.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### Reunião Inicial

**7.5.** Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

**7.6.** A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

**7.6.1.** A pauta desta reunião observará, pelo menos:

**7.6.1.1.** Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso;

**7.6.1.2.** Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

**7.6.1.3.** Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

### Fiscalização

**7.7.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

### Fiscalização Técnica

**7.8.** O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**7.8.1.** O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**7.8.2.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

**7.8.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

**7.8.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

**7.8.5.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### Gestor do Contrato

**7.9.** O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**7.10.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**7.11.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**7.12.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**7.13.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**7.14.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**7.15.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **8.1. Critérios de Aceitação:**

**8.1.1.** Serão considerados os seguintes critérios para fins de emissão do Termo de Recebimento Definitivo:

**8.1.1.1.** A disponibilização das licenças e/ou chaves de acesso de licenças previstas no instrumento contratual e requeridas à Contratante que estejam ativas e funcionalmente aptas às necessidades a que se destinam nas especificações e funcionalidades estabelecidas neste Termo.

#### **8.2. Procedimentos de Teste e Inspeção**

**8.2.1.** A critério do Coren-SP, testes poderão ser realizados a fim de comprovar as funcionalidades e a especificação proposta neste Termo de Referência.

#### **8.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos**

<b>Indicador I - Prazo para Disponibilização das Subscrições/Licenças Perpétuas</b>	
<b>Tópico</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir o cumprimento dos prazos para disponibilização das licenças contratadas.
<b>Meta a cumprir</b>	O prazo para disponibilização será de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da formalização da solicitação
<b>Instrumento de medição</b>	Acompanhamento interno
<b>Forma de acompanhamento</b>	Disponibilidade registrada por e-mail ou documento físico encaminhado pela Contratada ao Coren-SP
<b>Periodicidade</b>	Única
<b>Mecanismo de Cálculo (métrica)</b>	X = dias corridos além do prazo
<b>Início de Vigência</b>	A partir do início da vigência contratual.
<b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b>	Para valores do indicador 1:
	X entre 1 e 5 dias = Glosa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato
	X entre 6 e 10 dias = Glosa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato
	X entre 11 e 15 dias = Glosa de 8% (oito por cento) sobre o valor do contrato



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

	Acima de 15 dias – Será aplicada Glosa de 10% sobre o valor do contrato, sem prejuízo da aplicação de Sanções Administrativas à Contratada
<b>Observações</b>	São excluídos os atrasos decorrentes de motivos alheios à Contratada, desde que fundamentadamente justificados pela Contratada e considerados pertinentes pela Contratante.

**8.3.1.** O não atendimento dos Níveis Mínimos de Serviço estabelecidos poderá dar causa, além de ajustes no valor a ser pago à Contratada na aplicação de Sanções Administrativas, conforme discriminadas no tópico 11 abaixo.

### 9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

#### 9.1. Do Recebimento

**9.1.1.** Os bens serão recebidos **provisoriamente** no **ato da ativação das licenças** pelo responsável pelo acompanhamento da execução contratual, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta comercial.

**9.1.1.1.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**9.1.2.** Os bens serão recebidos **definitivamente** no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**9.1.2.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**9.1.3.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**9.1.4.** A entrega do objeto será considerada completa após a disponibilização de chave de acesso para utilização da licença à Contratante, permitindo fruição de todas as funcionalidades contempladas pelo software.

#### 9.2. Liquidação

**9.2.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**9.2.1.1.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**9.2.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**9.2.4.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**9.2.5.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**9.2.6.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**9.2.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.2.8.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**9.2.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### 9.3. Prazo de Pagamento

**9.3.1.** As licenças perpétuas dos softwares Corel Draw e vMix Pro serão pagas em uma **única oportunidade** e as subscrições da Adobe Creative Cloud, Adobe Stock e do StreamYard em **pagamentos periódicos** (a cada 36 e 12 meses, respectivamente), acompanhando política de comercialização de subscrições com pagamentos em parcelas únicas.

**9.3.2.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, preferencialmente mediante transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

### 9.4. Forma de pagamento

**9.4.1.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.





## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**9.4.2.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**9.4.3.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**9.4.4.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.4.5.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**9.4.6.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

**9.4.6.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**9.4.7.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**9.4.8.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

**9.4.9.** É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

**9.4.10.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , sendo que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP

= Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$   $I = (6/100)/365$   $I = 0,00016438$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### 9.5. Antecipação de Pagamento

9.5.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamentos.

### 10.6. Cessão de Crédito

9.6.1. Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#).

## 10. DO REAJUSTE

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 36 (trinta e seis) meses para as licenças com vigência de 36 (trinta e seis) meses, contados da data do orçamento estimado, em 04/06/2023.

11.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses para as licenças com vigência de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado, em 07/05/2023.

11.3. Após o interregno do prazo de que trata o subitem 11.1 e 11.2, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência do período de reajustamento.

11.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 36 (trinta e seis) meses, para as licenças de vigência de 36 (trinta e seis) meses, será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano, para a licença com vigência de 12 (doze) meses, será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 11. RESPONSABILIDADES

### 11.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

11.1.1. Nomear Gestor e Fiscais para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

11.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

**11.1.3.** Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

**11.1.4.** Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

**11.1.5.** Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

**11.1.6.** Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

**11.1.7.** Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos, cuja criação ou alteração seja, objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

### **11.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA**

**11.2.1.** Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

**11.2.2.** Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

**11.2.3.** Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

**11.2.4.** Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

**11.2.5.** Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

**11.2.6.** Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e

**11.2.7.** Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

**11.2.8.** Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

**11.2.9.** Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;

**11.2.10.** Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### 12. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
  - (1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
  - (2) Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
  - (3) O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
  - (4) Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**12.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.9.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Contratante;

**12.10.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.11.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**12.12.** A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.13.** A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.14.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**12.15.** Os débitos da Contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### 13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**13.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

**13.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

**13.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### Exigências de Habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação Jurídica:

**13.4. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

**13.5. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

**13.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**13.7. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**13.8. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**13.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**13.10. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**13.11.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

**13.12.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**13.13.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**13.14.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

**13.15.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**13.16.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**13.17.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**13.18.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**13.19.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

**13.20.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

**13.21.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

**13.22.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

**13.22.1.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

**13.22.2.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

**13.22.3.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**13.22.4.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**13.23.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da parcela pertinente.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**13.24.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**13.25.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica

**13.26.** Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**13.26.1.** Para fins da comprovação de que se trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

**13.26.1.1.** Comprovação/fornecimento de atestado de capacidade técnica, no mínimo 1 (uma) unidade de cada item que compõe a tabela 1.1.

**13.26.2.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

**13.26.3.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**13.26.4.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**13.27.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**13.27.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

**13.27.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**13.27.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**13.27.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

**13.27.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

**13.27.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

**13.27.7.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n.





## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

### 14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

**14.1.** O custo estimado da contratação é de **R\$ 259.483,88 (duzentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos)**, conforme planilha constante do tópico 1.1 acima.

### 15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**15.1.** As despesas serão acobertadas dentro dos seguintes Elementos de Despesa: 6.2.2.1.2.44.90.52.011 – Aquisição/desenvolvimento de Software.

São Paulo, 31 de julho de 2023.

RESPONSÁVEIS PELAS ÁREAS REQUISITANTES	
<b>Catarina Terumi Abe</b> Gerente - Coren-SP Educação Matrícula 776	<b>Yasmim Hamssi Taha</b> Gerente - GECOM Matrícula 1069
INTEGRANTE TÉCNICO (TI)	INTEGRANTES DA GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS
<b>Thiago Aparecido de Britto Navas</b> Coordenador de área - GTI-I Matrícula 775	<b>Natalia Cristina da Silva Santos</b> Assessora II - GCC Matrícula 1189  <b>Emmanuelle Lopes Garrido Alkmin Leão</b> Gerente de Compras e Contratos - GCC Matrícula 1206